

---

Tearfund Moçambique



**Análise Contextual sobre  
HIV/SIDA, Água e Saneamento,  
Gestão de Desastres Naturais,  
Advocacia e Mudanças  
Climáticas**

MAPUTO, OUTUBRO DE 2007

---

---



---

**ÍNDICE**


---

|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| <b>FICHA TÉCNICA</b> .....                                 | <b>3</b>                            |
| <b>ABREVIATURAS</b> .....                                  | <b>4</b>                            |
| <b>I. INTRODUÇÃO</b> .....                                 | <b>6</b>                            |
| <b>II. A POBREZA: UM PROBLEMA GLOBAL</b> .....             | <b>7</b>                            |
| II.1. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).....  | 7                                   |
| <b>III. CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE</b> .....                   | <b>9</b>                            |
| III.1. Situação Geográfica e Divisão Administrativa.....   | 9                                   |
| III.2 O Contexto Histórico.....                            | 11                                  |
| III.3 Definição conceptual e percepções da pobreza.....    | 12                                  |
| III.4 Situação geral da pobreza em Moçambique.....         | 13                                  |
| <b>IV. FACTORES DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE</b> .....         | <b>17</b>                           |
| IV.1. HIV/SIDA.....  | 17                                  |
| IV.1.1. Evolução da Epidemia e Resposta Nacional.....      | 17                                  |
| IV.1.2. O Impacto Demográfico.....                         | 19                                  |
| IV.1.3. Estratégia da Resposta Nacional.....               | 20                                  |
| IV.2. Água e Saneamento.....                               | 21                                  |
| IV.2. 1 Saúde e nutrição.....                              | 26                                  |
| IV.2. 2 Educação.....                                      | 27                                  |
| IV.3 Gestão de Desastres Naturais.....                     | 28                                  |
| IV.4 Advocacia.....  | 38                                  |
| IV.5. Mudanças Climáticas.....                             | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>V. A RESPOSTA NACIONAL</b> .....                        | <b>Error! BOOKMARK NOT DEFINED.</b> |
| V.1. Principais Instrumentos de Luta Contra a Pobreza..... | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| V.2 Principais Actores.....                                | <b>Error! Bookmark not defined.</b> |
| <b>VI. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS</b> .....                | <b>Error! BOOKMARK NOT DEFINED.</b> |
| <b>VII. REFERÊNCIAS</b> .....                              | <b>41</b>                           |

---

FICHA TÉCNICA



Travessa da Azurara, 11 Sommerschield

Maputo – Moçambique

Tel/Fax: (+258) 21485383

[kula.epa@kula.co.mz](mailto:kula.epa@kula.co.mz)

**EQUIPE DE PESQUISA**

CRISTIANO MATSINHE

HÉLDER NHAMAZE

RILDO RAFAEL

**ABREVIATURAS**

|         |   |
|---------|---|
| BM      | Banco Mundial   |
| CEP     | Centro de Estudos da População  |
| CNCS    | Conselho Nacional de Combate ao SIDA  |
| DAA     | Departamento de Arqueologia e Antropologia                                  |
| NPO     | Direcção Nacional de Planificação e orçamento                               |
| NPCS    | Núcleo Provincial de Combate ao SIDA  |
| ESDEM   | Estatísticas Sociais, Demográficas e Económicas de Moçambique               |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique  |
| HIV     | Vírus de Imuno-Deficiência Humana   |
| IAF     | Inquérito sobre Agregados familiares  |
| IFT     | Inquérito sobre Força de Trabalho   |
| IDH     | Índice de Desenvolvimento Humano  |
| IDS     | Estatísticas Internacionais de Desenvolvimento                              |
| IDES    | Inquérito Demográfico e de Saúde  |
| IPCC    | Instituições de Participação e Consultas Comunitárias                       |
| INE     | Instituto Nacional de Estatística   |
| INJAD   | Inquérito nacional sobre Saúde Reprodutiva e comportamento social de Jovens |
| MPD     | Ministério de Planificação e Desenvolvimento                                |
| MADER   | Ex -Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural                       |
| MICOA   | Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental                            |
| MISAU   | Ministério da Saúde   |
| MONASO  | Rede Moçambicana de Organizações na Luta Contra a SIDA                      |
| ODM     | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio                                    |
| OJM     | Organização da Juventude Moçambicana  |
| ONG     | Organizações Não- Governamentais  |
| ONU     | Organizações das Nações Unidas  |
| OP      | Observatório da pobreza   |
| OPN     | Observatório Nacional da Pobreza  |
| PEN     | Plano Estratégico Nacional  |
| PES     | Plano Económico e Social  |
| PIB     | Produto Interno Bruto   |

---

|        |   |
|--------|---|
| PNUD   | Programa das Nações Unidas para desenvolvimento           |
| PQG    | Programa Quinquenal do Governo                            |
| PSI    | Serviço Internacional para População                      |
| PARPA  | Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta         |
| QUIBB  | Questionário de Indicadores Básicos de Bem-estar          |
| RAP    | Relatórios Anuais Sobre a Pobreza                         |
| RGPH   | Recenseamento geral de População e Habitação              |
| RENAMO | Resistência Nacional de Moçambique                        |
| SETSAN | Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional |
| SADC   | Comunidade de Desenvolvimento da África Austral           |
| SIDA   | Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida                   |
| SLE    | Centro de Formação Avançada em Desenvolvimento Rural      |
| TIA    | Trabalho de Inquérito Agrícola                            |
| UEM    | Universidade Eduardo Mondlane                             |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infancia                   |

## I. INTRODUÇÃO

A Tearfund Moçambique tem vindo a apoiar parcerias de desenvolvimento com organizações locais cristãs em Moçambique nos últimos 13 anos. A Tearfund vem desenvolvendo planos estratégicos de cooperação para transformar vidas de mais de 50 milhões de pessoas pobres para poderem superar no mundo a pobreza espiritual e material, ajudando aproximadamente mais de 100,000 igrejas locais.

A Tearfund vem reforçando as capacidades de parcerias com igrejas locais de programas em algumas áreas consideradas prioritárias por si identificadas, tendo em vista a realização de um workshop envolvendo os seus parceiros, a decorrer no mês de Outubro de 2007 para estabelecer-se o Plano de Trabalho para os próximos seis anos em Moçambique.

O presente trabalho sobre macro indicadores da situação da pobreza em Moçambique visa fornecer informação necessária para facilitar o desenho de estratégias relevantes de alívio à pobreza. Interessa desta forma compreender quem são as pessoas pobres, qual o impacto da pobreza e que soluções ou possíveis estratégias podem fazer a diferença nas vidas dos pobres. Esta análise contextual visa fortalecer a capacidade das agências locais cristãs de desenvolvimento e outros parceiros.

A análise contextual pretende extrapolar possíveis capacidades dos parceiros e também possibilitar intervenções inovativas naquilo que os parceiros pretenderem em termos de capacidades. Esta análise incluirá sumários específicos das áreas de intervenção da Tearfund (HIV/SIDA, Água e Saneamento, Advocacia, Gestão de Desastres Naturais, e Mudanças Climáticas).

A informação aqui exposta foi retirada da documentação que existe disponível para cada uma das áreas. Em primeiro lugar é importante referir que não existe muita disponibilidade de informação sistematizada para algumas das áreas mais específicas aqui abordadas (como Gestão de Desastres Naturais e Mudanças Climáticas). Por outro lado muita da informação disponível não se encontra desagregada até aos contextos geográficos mais pequenos, como são os casos de distritos e postos administrativos.

## II. A POBREZA: UM PROBLEMA GLOBAL

A pobreza é um problema global que afecta maior parte das nações, pese embora ela tenha maior incidência em países em vias de desenvolvimento. Apesar do progressos de certos países e regiões, a extrema pobreza persiste como um problema de difícil solução na maior parte do mundo. Ganhos substanciais em alguns países são acompanhados por grandes perdas em outros, e o número de pessoas que continua a ganhar menos de um dólar por dia, e sofrer com fome, falta de água, saneamento, problemas de HIV/SIDA, desastres naturais, mudanças climáticas e muito mais. Estas situações tem acarretado índices de pobreza muito elevados, daí a resposta global para a sua erradicação ter preconizado metas para o alívio da pobreza expressos nos ODM.

### II.1. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM)

No início dos anos 90 do século passado, as Nações Unidas organizaram uma série de conferências mundiais com o propósito de criar uma parceria comum do desenvolvimento global. Nessas conferências traçaram objectivos e metas comuns de desenvolvimento, incluindo objectivos quantitativos, metas com prazos definidos e indicadores numéricos para realizar a monitoria do progresso.

A lista desses objectivos e metas passou a ser designada por “Metas Internacionais de Desenvolvimento”. Estas conferências tiveram o seu ponto mais alto em Setembro de 2000, período em que 147 chefes de Estado se encontraram na Cimeira do Milénio e adoptaram a declaração do Milénio.

A Declaração do Milénio foi uma reafirmação, pelos líderes mundiais, em assumir uma maior responsabilidade conjunta de apoio aos princípios da dignidade humana, igualdade e equidade à esfera global. A declaração estabeleceu um número de objectivos de desenvolvimento interligados e que se apoiam mutuamente, que poderiam constituir de alicerces para a definição de uma agenda de desenvolvimento global. A mesma realça preocupações relativas à Paz, Segurança e Desenvolvimento, nomeadamente nas áreas do Ambiente, Direitos Humanos, Democracia e Boa Governação e também aponta as necessidades específicas do desenvolvimento do continente Africano.

A Declaração realça que, embora as nações em desenvolvimento tenham a responsabilidade de incentivar reformas de políticas e de fortalecer cada vez mais a governação, elas não poderão atingir os objectivos traçados sem a ajuda da comunidade internacional, mediante novas formas de ajuda, de normas comerciais equilibradas e da minimização da dívida.

A maioria dos países do mundo comprometeu-se a trabalhar em conjunto para reduzir a pobreza pela metade até 2015, quando assinaram a Declaração do Milénio. A Declaração do Milénio fixou oito objectivos a saber:

- ☀ Erradicação da Fome e da Pobreza
- ☀ Conseguir uma educação primária universal e ensino técnico profissional
- ☀ Promover a igualdade de género fortificando a mulher
- ☀ Reduzir a mortalidade infantil

- ☀ Promover a saúde materna
- ☀ Combater o HIV/SIDA
- ☀ Assegurar a sustentabilidade do meio ambiente
- ☀ Desenvolver parceria global para o desenvolvimento

De acordo com as Nações Unidas apesar do empenhamento de quase todas as nações no mundo para erradicar a pobreza, os objectivos só terão êxito a nível global se significarem alguma coisa para milhares de milhões de indivíduos a que se destinam. Os objectivos tem que se tornar uma realidade nacional, incorporada pelos principais interessados: as pessoas e os governos.

Eliminar a pobreza, aspiração primordial dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, é a maior prioridade de desenvolvimento do século XXI. Apesar do enorme progresso feito nos últimos 50 anos, 1,2 biliões de pessoas (a quinta parte da população mundial) subsiste com menos de um dólar por dia, sem acesso a muitos dos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna. Esta situação nos leva a acreditar que apesar dos progressos em alguns países e regiões, a extrema pobreza persiste como um problema de difícil solução na maior parte do mundo.

Ganhos substanciais em alguns são acompanhados por grandes perdas em outros, e o número de pessoas que continua a ganhar menos de um dólar por dia e a sofrer com a fome e a falta de água, saneamento e energia, ainda é enorme. De um modo global os resultados até ao momento revelam um progresso bastante lento, senão vejamos:

- ☀ 23 países de África não conseguem mais do que metade dos objectivos do milénio;
- ☀ 12 países não tem dados suficientes para serem avaliados
- ☀ O progresso é lento para a mortalidade infantil, educação básica, má nutrição, mortalidade materna e discriminação no género;
- ☀ O desenvolvimento regional é lento comparativamente a década de 1990 a 2000;
- ☀ Pouco ou nenhum progresso foi alcançado no que diz respeito a pandemia do HIV/SIDA.

Em resumo, apesar de os objectivos do milénio continuarem não realizados, eles são viáveis e podem ser realizados até 2015.



### III. CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE

#### III.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Moçambique situa-se na costa oriental da África austral, entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' Latitude Sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' Longitude Este. A Norte faz fronteira com a Tanzânia, a Oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia, a Sul faz fronteira com a África do Sul e a Este é banhado pelo Oceano Índico.

Administrativamente o país está dividido em 11 províncias, 128 distritos, postos administrativos e localidades. Existem 33 municípios que perfazem os maiores centros urbanos, agrupando 11 cidades com estatuto de capital provincial e Maputo capital do país.

O relevo Moçambicano é caracterizado por áreas planas baixas nas proximidades da costa, observando-se um aumento da altitude à medida que se caminhar em direcção ao interior e para a região Norte do território nacional. A altitude média é de 340 metros, variando consideravelmente entre a região a sul do Rio Save, com uma altitude média de apenas 120 m, e a região a norte do Rio Save com uma altitude média de 435 m. O ponto mais alto do país se localiza na província de Manica, o monte Binga com 2436 metros de altitude.

Grande parte do território Moçambicano localiza-se na zona inter-tropical, o que confere um clima de tipo tropical obedecendo a quatro variações: tropical húmido, tropical seco, tropical semi-árido e clima modificado pela altitude. O clima tropical húmido é o que mais predomina no território Moçambicano, apresentando-se em duas estações nomeadamente a fresca e seca que vai de Abril a Setembro e a quente e húmida que se estende de Outubro a Março. O período chuvoso ocorre de entre Dezembro a Fevereiro. A precipitação média varia de 400 mm, por exemplo em Pafúri, província de Gaza; a 2000 mm em Tacuane, província da Zambézia.

Toda a zona da costa Moçambicana recebe uma precipitação de quase 800 a 900 mm de precipitação ao longo do ano. Na região Sul do país a precipitação tende a ser elevada na zona litoral, facto que não se verifica à medida que se caminha em direcção ao interior, a precipitação volta a aumentar ao longo das encostas das montanhas dos Libombos, junto da fronteira com a Suazilândia e África do Sul. As zonas do interior da província de Gaza e as regiões fronteiriças com África do Sul e Zimbabwe são predominantemente áridas. O ponto mais seco do país se encontra na província de Gaza, posto administrativo de Pafúri, com uma precipitação média por ano de 300 mm.

Moçambique é caracterizado, em termos de agro-climatologia, por três áreas, a região a norte do Rio Zambeze é mais húmida, onde pode-se encontrar a disponibilidade de água para as culturas no período chuvoso, com mais de 80% de probabilidades das necessidades mínimas de água serem satisfeitas em todo o ciclo vegetativo. A região Centro do país, a sul do Rio Zambeze e a norte do Rio Save, com uma probabilidade de até 60% das necessidades das culturas serem satisfeitas em água. Isto significa que o risco de ocorrência de seca seja de quatro anos em cada 10 para a zona Centro, e para a zona Sul em cada 10 anos, sete apresentam problemas de seca.

As temperaturas do território Moçambicano apresentam variações regionais mediante a interferência de factores de clima como a latitude, continentalidade e o próprio relevo. Os valores de temperatura tendem a aumentar para menores latitudes em contrapartida observa-se menores temperaturas nas regiões mais altas e a Oeste do País, que se estende entre as províncias do Niassa, Zambézia, Tete, Manica e Maputo. As temperaturas médias anuais distribuem-se da seguinte maneira: 18° a 20° C nas zonas montanhosas; 22 a 24° C nas regiões centrais e planálticas do norte e do centro, bem como nas zonas Leste e Oeste das províncias do Sul, de 24 a 26° C, todo o Leste da região norte e centro e interior das regiões ao Sul do País.

Moçambique é um País que possui um potencial razoável de recursos hídricos tanto superficiais como subterrâneos. O território tem cerca de 103 bacias hidrográficas, 13 das quais dispõem de uma área de drenagem superior a 10.000 km<sup>2</sup> do norte ao sul do País nomeadamente: Rovuma, Messalo, Lúrio, Ligonha, Licungo, Zambeze, Punguè, Búzi, Gorongosa, Inharrime, Govuro, Limpopo, e Incomáti. Além destas existem outras bacias importantes com áreas de drenagem abaixo dos 10.000 km<sup>2</sup>, são os casos de Montepuez, Monapo, Save, Umbelúzi e Maputo. O País partilha cerca de 9 bacias hidrográficas com outros países vizinhos, membros da SADC, pois os principais rios nacionais nascem nesses países vizinhos.

De Norte para Sul, os principais cursos de água doce são, Rovuma, Lúrio, Ligonha, Zambeze, Punguè, Búzi, Save, Limpopo, Incomáti, Umbelúzi e Maputo, estes rios são de regime torrencial apresentando aumento de caudais durante o período chuvoso, nos meses de Outubro a Março e caudais baixos nos meses de Abril a Setembro. Os rios cujas bacias são consideradas propensas a ocorrência de cheias são: Incomáti, Limpopo (na região Sul), Búzi, Punguè, Zambeze (Centro do País) e Licungo (na região Norte).

A população Moçambicana é estimada em 18 milhões de habitantes. Desta, cerca de 80% vive nas zonas rurais e têm a agricultura como o principal meio de subsistência. Em Moçambique, a produção agrária é exercida no geral, por dois sectores de produção: o sector familiar e o sector empresarial. O sector familiar é o que engloba a maior parte da população rural tendo também, uma contribuição maior na produção agrária nacional.

A economia Moçambicana, numa perspectiva de economia de mercado, esteve durante longo tempo condicionada, em primeiro lugar pelo modelo do sistema económico adoptado após a independência e em segundo lugar pela guerra civil que durou 16 anos, afectando de forma severa as infra-estruturas produtivas e de serviços.

A agricultura, pecuária e a pesca são os mais importantes sectores da economia, ocupando a agricultura 80% da população activa do País. As excelentes condições edafo-climáticas, sobretudo nas regiões Centro e Norte do País, potencial hídrico a superfície, possibilitam a criação de esquemas de irrigação, favorecem o cultivo de culturas de rendimento, nomeadamente, castanha de cajú, cana de açúcar, algodão, chá, copra, tabaco e frutas tropicais como também culturas designadas por alimentares: milho, arroz, feijão, mandioca, etc. O território Moçambicano possui um grande potencial de flora e fauna, sobretudo as províncias da região centro e norte de Moçambique.

O desenvolvimento da produção industrial, principalmente nos últimos anos tem contado com a ajuda do investimento directo estrangeiro nas áreas de construção civil, indústrias agro-alimentares, madeireira, têxtil e outras. Também se verifica o crescimento do sector da metalurgia, do cimento, do vidro, têm sido acompanhados por outros projectos como o gás de Pande, a Mozal que é o maior projecto Industrial em curso. Para além destes aspectos referenciados o país conta no seu subsolo com grande potencial em jazigos de carvão mineral, gás natural, de ferro, areias pesadas, nas regiões do centro e norte. Recentemente decorre no país trabalhos de prospecção de petróleo e gás natural em diversas regiões como distrito de Cheringoma, bacia do Rovuma, banco de Sofala.

O sector terciário é maioritariamente constituído pelas actividades ligadas aos transportes e comunicações, materializadas nos seus principais corredores (Maputo, Beira e Nacala), servindo os países vizinhos sem saída para o mar. Em termos de energia Moçambique goza de um enorme potencial de gás natural nos distritos de Pande e Temane, na província de Inhambane e também de um potencial de produção de energia eléctrica, sobretudo na zona central do País (barragem de Cahora Bassa, província de Tete). Na área de turismo o País goza de óptimas condições para se tornar um gigante (com praias, parques nacionais, águas térmicas, grutas, ilhas, etc).

O sub-sector financeiro tende a se expandir cada vez mais, havendo necessidade de implantação de bancos comerciais nas zonas rurais, em relação aos bancos nas zonas urbanas a situação melhorou significativamente, tendo em conta o aparecimento de novas instituições bancárias, que vão procurando expandir-se em resposta ao processo de integração regional.

### **III.2 O CONTEXTO HISTÓRICO**

Moçambique conquistou a independência de Portugal em 1975, e sob a direcção da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), lançando em seguida um projecto de uma economia dirigida e planificada, ou seja, centralmente planificada. Após a independência muitos cidadãos portugueses abandonaram o país entre o período de 1975 a 1976. Esta situação acabou por desequilibrar a evolução económica do País criando uma grande lacuna de falta de quadros qualificados.

A Educação e Saúde eram garantidas pelo Estado e observaram uma grande evolução nesse período, mas esses resultados optimistas foram de curto prazo, pois em seguida a guerra civil que envolveu o governo da FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) destruiu muitas das infra-estruturas ora construídas. A guerra civil teve o seu início no ano de 1976.

O conflito armado conheceu um impacto social e económico negativo para a população em geral. Muitos Moçambicanos perderam a vida devido ao conflito, outros tornaram-se refugiados quer internamente, bem como nos países vizinhos, muitas das infra-estruturas socio-económicas foram severamente afectadas sobretudo na década de 80, onde verificou-se a intensificação do conflito.

Moçambique é um país ainda em fase de reconstrução do pós-guerra, pelo que possui uma economia ainda muito debilitada, embora esforços têm sido feitos para que se reduza a pobreza absoluta que afecta grande parte das famílias Moçambicanas. Logo após a independência nacional, o país viu-se mergulhado numa guerra civil, o que inviabilizou muitas tentativas de se fazer estudos pormenorizados sobre os reais índices da pobreza no país.

Segundo o “Relatório Sobre Os Objectivos De Desenvolvimento Do Milénio de Moçambique de 2005”, após a assinatura do Acordo de Paz, em 1992, Moçambique se apresentou como um país bem sucedido na reconstrução pós-guerra e de recuperação económica em África, passando posteriormente de um sistema monopartidarista para o multipartidarista. Como corolário destes acontecimentos importantes, o país conheceu avanços significativos.

Porém, apesar destes avanços, o Estado Moçambicano encontra-se 15 anos depois da guerra civil numa situação de pobreza, e ainda perante grandes desafios no que diz respeito a alguns factores que perpetuam a pobreza da população, como são os casos do problema do HIV/SIDA, água e saneamento, desastres, problemas de advocacia e as mudanças climáticas. Esses factores têm sido apontados como os que retardam o desenvolvimento das acções do governo e da sociedade em geral.

### III.3 DEFINIÇÃO CONCEPTUAL E PERCEPÇÕES DA POBREZA

O conceito de pobreza é muito complexo, existem pessoas que pensam que a pobreza é só para aqueles que vivem na rua, sem habitação, emprego ou qualquer coisa. Para outras pessoas pobreza caracteriza quem tem casa, mas não possui condições, com reduzido apoio de governo, com um salário magro. O conceito de pobreza varia de contexto para contexto. Portanto não há uma definição homogénea da pobreza, a concepção mais geral centra-se na questão da carência.

Segundo Wikipedia, o conceito da pobreza pode ser analisado em vários sentidos, sobretudo: carência material, remetendo-nos para a satisfação das necessidades da vida diária (vestuário, alimentação, alojamento e cuidados de saúde) ou seja carências de bens e serviços essenciais. Falta de recursos económicos: carência de rendimento ou riqueza, não necessariamente monetária, mas sim baseados em níveis de suficiência de recursos ou rendimentos relativos.

Carência social: pessoas excluídas socialmente, que se mostram dependentes e incapazes de participar activamente na vida social, isto inclui a educação e a informação. A participação dos indivíduos no processo de tomada de decisões constitui elemento importante, na visão de organismos internacionais, para se compreender a pobreza para além do foro económico.

Ainda para Wikipedia, a pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta se circunscreve a um padrão que é consistente ao longo do tempo entre as nações. O exemplo de indicador da pobreza absoluta é a percentagens de indivíduos com o consumo diário de calorias inferior ao mínimo necessário (que ronda entre 2000 a 2500 kilocalorias). As organizações do Bretton Woods, como o caso do Banco Mundial (BM) concebem a pobreza absoluta como sendo pessoas que vivem com menos de 1 USD por dia e a pobreza relativa como viver com o consumo diário entre 1 a 2 USD por dia. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza>).

Segundo o PARPA II (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009), a redução da pobreza absoluta tem sido um dos grandes objectivos dos governos nacionais de vários países, mas em contrapartida a definição da pobreza continua ainda em discussão. Para efeitos de elaboração de políticas, a pobreza foi primeiramente relacionada com ausência de rendimentos, dinheiro ou espécie necessários para a satisfação das necessidades básicas.

O estudo sobre a “Contribuição da Construção de Estradas Rurais na redução da Pobreza? Análise de impacto na província de Sofala de 2006” refere que pessoas diferentes podem ter percepções muito diferentes da pobreza. O mesmo estudo adverte sobre a necessidade do conceitos da pobreza a serem incorporados em estudos sejam adequados aos contextos locais e os mesmo se oriente para discussões a nível local sobre o tema.

O estudo qualitativo sobre a pobreza em Sofala e Inhambane-2005 realizado pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em parceria com a Direcção Nacional de Planificação e Orçamento (DNPO) do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) é o que tenta captar percepções nas duas províncias em relação à pobreza. As percepções nas duas províncias em relação a pobreza são bastante próximas, a pobreza aqui é vista como carência de alguma coisa como alimentação, vestuário, água potável, emprego, infra-estruturas, etc.

No PARPA I, a pobreza era vista como, *a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade.* (República de Moçambique, 2001). O PARPA II, por sua vez define a pobreza como a *“Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidades de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade”* (República de Moçambique 2006:8).

Para além da falta de fontes de rendimento, este conceito de pobreza inclui também aspectos relacionados com a falta de acesso a educação, saúde e saneamento e inclui factores sociais como isolamento, exclusão social, falta de poder e vulnerabilidade entre outros. Este conceito apresenta-se como multidimensional e aberto, que possibilita a integração de diversas percepções de diferentes actores. O presente estudo se baseia no conceito de pobreza estabelecido pelo PARPA II, a actual estratégia do governo Moçambicano para o combate da pobreza absoluta.

### III.4 SITUAÇÃO GERAL DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE

Como se pôde depreender a situação de Pobreza em Moçambique aparece estreitamente ligada a factores histórico-sociais. Após uma colonização com fraca ênfase no capital humano, foi implementada uma política socialista que falhou em termos económicos, tudo isso acrescentado à uma guerra civil que assolou o país durante 16 anos consecutivos e à seca de 1991-1992, uma das mais severas de todo o século XX. De acordo com o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005 (também designado PARPA I) os determinantes da pobreza em Moçambique eram:

- a) Crescimento económico lento até ao início dos anos 90;
- b) Baixos níveis de educação dos membros economicamente activos dos agregados familiares, especialmente as mulheres;
- c) Elevadas taxas de dependência nos agregados familiares;

- d) Baixa produtividade da agricultura familiar;
- e) Falta de oportunidade de emprego dentro e fora do sector agrícola; e
- f) Fraco desenvolvimento de infra-estruturas básicas nas zonas rurais.

Em termos gerais os maiores afectados pela guerra foram as populações vivendo nas áreas rurais. Todavia, análises que têm como base os Inquéritos aos Agregados Familiares (IAF) de 1996/1997 e 2002/2003 (Maximiano *et al*, 2005), indicam que não há diferenças significativas entre os determinantes da pobreza nas áreas rurais e urbanas. De acordo com essas mesmas análises os elementos da população com alta probabilidade de ser pobre incluem pessoas sem instrução, agregados familiares com taxas de dependência elevada e agregados familiares chefiados por mulheres.

Em termos geográficos o PARPA I identificou as províncias de Sofala, Inhambane e Tete como as mais afectadas, com incidências na ordem dos 87.9, 82.6 e 82.3%, respectivamente. O PARPA II (2006-2009) indica que nas zonas rurais a pobreza reduziu em 16%, contra apenas 11% de redução nas áreas urbanas. A maior redução da pobreza verificou-se na província de Sofala onde houve um decréscimo de 50%. Zambézia e Tete tiveram reduções da pobreza superiores a 22%. No sul do país o cenário foi inverso pois em duas províncias a pobreza aumentou (cidade e província de Maputo) e em Inhambane a redução foi marginal (1.9%), passando esta a ser a província mais pobre do país.

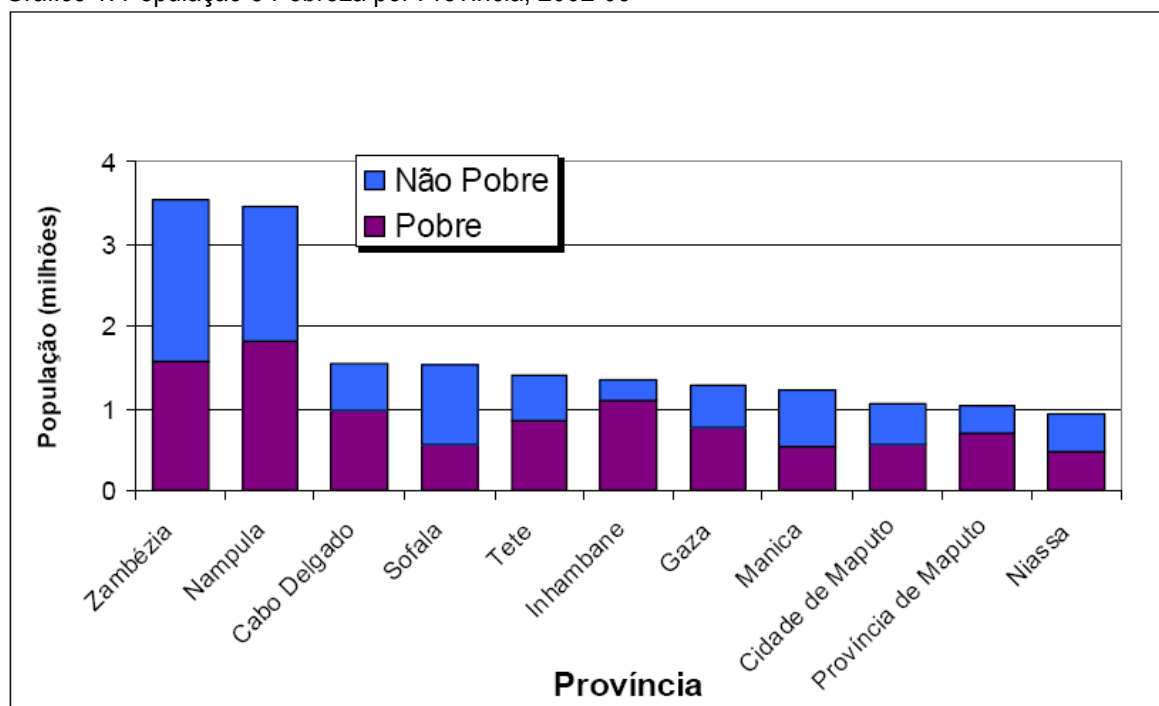
Tabela 1: Evolução da Pobreza por Província

| Região       | Incidência da Pobreza |         |  |                 |
|--------------|-----------------------|---------|--|-----------------|
|              | Estimativa            |         | Intervalo de Confiança (95%) (2002-03) |                 |
|              | 1996-97               | 2002-03 | Limite Inferior                        | Limite Superior |
| Nacional     | 69,4                  | 54,1    | 50,6                                   | 57,5            |
| Urbana       | 62,0                  | 51,5    | 46,3                                   | 56,7            |
| Rural        | 71,3                  | 55,3    | 51,2                                   | 59,4            |
| Niassa       | 70,6                  | 52,1    | 41,1                                   | 63,2            |
| Cabo Delgado | 57,4                  | 63,2    | 55,8                                   | 70,5            |
| Nampula      | 68,9                  | 52,6    | 43,0                                   | 62,3            |
| Zambézia     | 68,1                  | 44,6    | 34,6                                   | 54,6            |
| Tete         | 82,3                  | 59,8    | 51,5                                   | 68,1            |
| Manica       | 62,6                  | 43,6    | 35,4                                   | 51,7            |
| Sofala       | 87,9                  | 36,1    | 29,1                                   | 43,1            |
| Inhambane    | 82,6                  | 80,7    | 75,9                                   | 85,5            |
| Gaza         | 64,6                  | 60,1    | 53,2                                   | 67,1            |
| Maputo       |                       |         |  |                 |
| Província    | 65,6                  | 69,3    | 63,4                                   | 75,2            |
| Maputo       |                       |         |  |                 |
| Cidade       | 47,8                  | 53,6    | 47,3                                   | 59,9            |

Fonte: MPF et al, 2004; Simler e Arndt, 2005

Em termos de números absolutos os dados indicam que em todas as províncias existem pelo menos 500,000 pessoas pobres. Esses dados (Gráfico 1) mostram igualmente o peso de Nampula e Zambézia não apenas na população do país como também na população de pobres.

Gráfico 1: População e Pobreza por Província, 2002-03

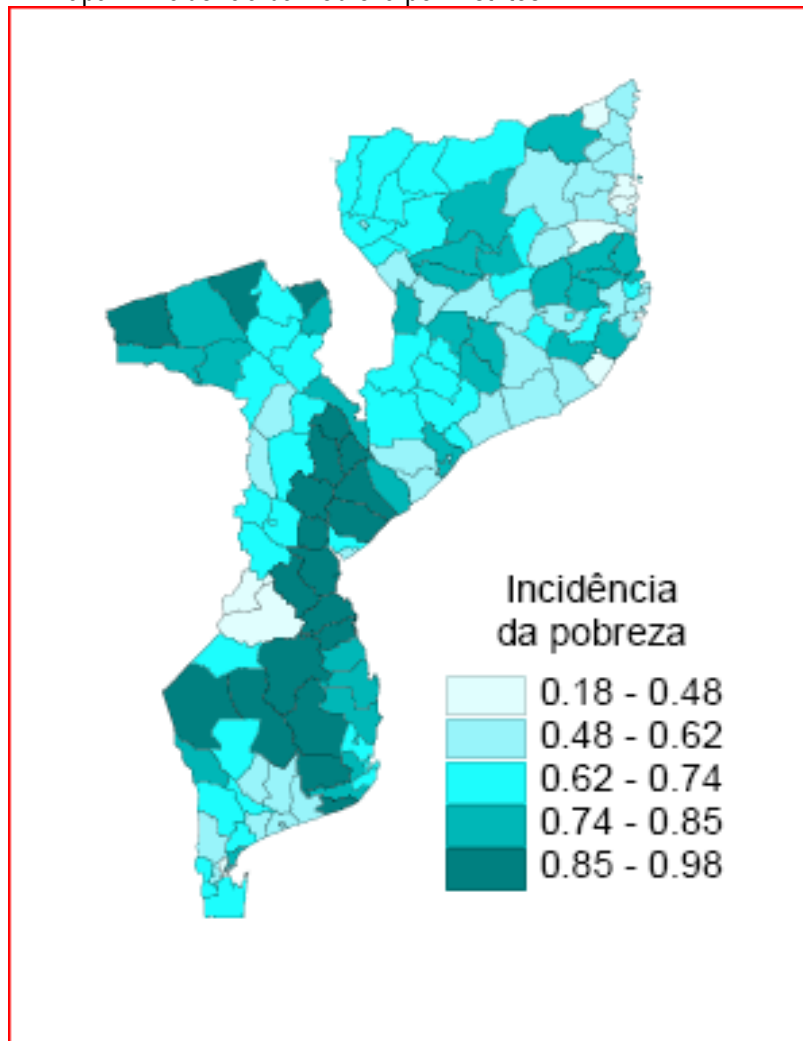


Fonte: Elaborado com base no IAF (2002-03) INE (2003).

A nível distrital os dados da pobreza apenas foram possíveis de se obter efectuando um cruzamento dos dados do IAF 96/97 com os do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. Deste exercício resultou que a incidência da pobreza é maior nos distritos do interior de Inhambane e os do norte da província de Gaza, para a zona Sul do país. Na zona Centro do país a incidência estava acima de 80% para a maioria dos distritos da província de Sofala (especificamente a parte interior da província) com a excepção do distrito de Dondo e Cidade da Beira. Na província de Tete, as taxas de incidência eram mais elevadas no norte da província, distritos de Zumbo, Chifunde e Angónia.

As taxas mais baixas de incidência da pobreza eram verificadas nas zonas costeiras da Zambézia e de Cabo Delgado, na província de Manica (distritos de Machaze e Mossurize), na zona sul da província de Gaza e na cidade de Maputo. Todas capitais provinciais, com a excepção de Inhambane, Nampula e Tete; apresentavam baixas taxas de incidência da pobreza.

Mapa 1: Incidência da Pobreza por Distritos



Fonte: MPF, 2002



---

## IV. FACTORES DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE

### IV.1. HIV/SIDA

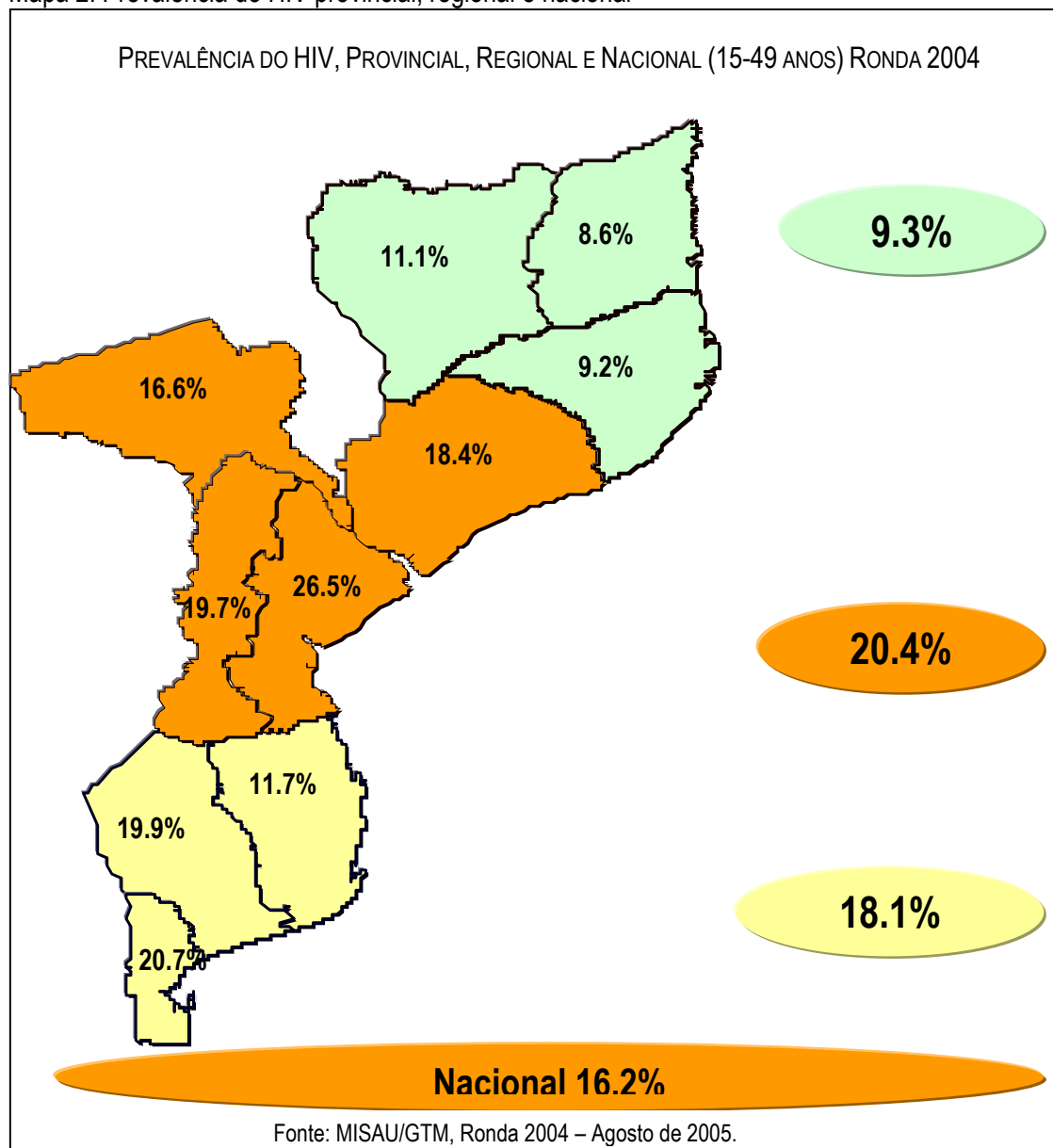
#### IV.1.1. Evolução da Epidemia

O primeiro caso de HIV/SIDA em Moçambique foi diagnosticado em 1986. A partir de Março de 1987 foi levado a cabo em várias cidades do país um inquérito sero-epidemiológico que detectou infecções pelo HIV na faixa de 2% no seio da população estudada. A cidade mais afectada era Nampula com taxas a rondar os 2.5%, logo seguida por Lichinga e Inhambane. As cidades menos afectadas eram Pemba e Xai-Xai. Ainda no decurso do ano de 1987 são notificados os primeiros cinco casos clínicos em cidadãos nacionais.

Em termos epidemiológicos Moçambique iniciou com taxas tão baixas como 2% numa situação em que os mecanismos de vigilância ainda não estavam muito desenvolvidos. O primeiro posto sentinela do HIV foi criado no Hospital Geral José Macamo (cidade de Maputo) em 1988. Em 1994 foram abertos três novos postos, em Chimoio, em Tete e na Beira. Até o ano 2000 os postos já existiam em número de 20, até aos actuais 36 que começaram a ser usados em 2001. Até ao momento foram realizadas três rondas de vigilância epidemiológica.

Actualmente a taxa de prevalência de HIV/SIDA em Moçambique é de 16.2%, sendo a zona Centro a mais afectada com uma taxa de mais de 20%, seguida da zona Sul com cerca de 18%. As províncias mais afectadas são Sofala, Maputo (província e cidade) e Gaza, com 26.5, 20.7 e 19.9%, respectivamente. As províncias menos afectadas são as da zona Norte, onde pontificam Cabo Delgado (8.6%, a mais baixa do país), Nampula (9.2%) e Niassa (11.1%).

Mapa 2: Prevalência do HIV provincial, regional e nacional



As taxas de prevalência, a nível nacional e provincial, têm demonstrado uma consistente subida ao longo das rondas de vigilância epidemiológica realizadas. De uma taxa nacional de 13% a epidemia evoluiu para os actuais 16.2%. Em termos regionais as subidas situam-se em volta de quatro pontos percentuais para as duas mais afectadas (Sul e Centro), enquanto que o crescimento é mais lento na zona Norte, que em três rondas de vigilância cresceu apenas 2.5%. Todavia esse padrão de crescimento contínuo nem sempre é verificável quando se analisa as taxas provinciais. Em vários casos (Gaza, Zambézia e Tete) registou-se um decréscimo nas taxas entre a primeira e a segunda rondas, seguido de nova subida na terceira ronda. Também há a assinalar os casos de Sofala e Niassa que mantiveram as mesmas percentagens entre a segunda e a terceira rondas, para além de Manica que registou uma subida insignificante (0.7%).

Tabela 2: Comparação de taxas de prevalência do HIV 2001-2004

| Província        | 2001  | 2002  | 2004  | Região | 2001         | 2002         | 2004         |
|------------------|-------|-------|-------|--------|--------------|--------------|--------------|
| Maputo Cidade    | 15.5% | 17.3% | 20.7% | Sul    | 14.4%        | 14,8%        | 18.1%        |
| Maputo Província | 14.9% | 17.4% | 20.7% |        |              |              |              |
| Gaza             | 19.4% | 16.4% | 19.9% |        |              |              |              |
| Inhambane        | 7.9%  | 8.6%  | 11.7% |        |              |              |              |
| Zambézia         | 15.4% | 12.5% | 18.4% | Centro | 16.8%        | 16.7%        | 20.4%        |
| Sofala           | 18.7% | 26.5% | 26.5% |        |              |              |              |
| Manica           | 18.8% | 19.0% | 19.7% |        |              |              |              |
| Tete             | 16.7% | 14.2% | 16.6% |        |              |              |              |
| Niassa           | 5.9%  | 11.1% | 11.1% | Norte  | 6.8%         | 8.4%         | 9.3%         |
| Nampula          | 7.9%  | 8.1%  | 9.2%  |        |              |              |              |
| Cabo Delgado     | 5.0%  | 7.5%  | 8.6%% |        |              |              |              |
| <b>Nacional</b>  |       |       |       |        | <b>13.0%</b> | <b>13.6%</b> | <b>16.2%</b> |

Fonte: MISAU/GTM, 2005

Sob o ponto de vista de evolução da epidemia, de acordo com relatório anual do SE-CNCS (2006), as províncias do país podem ser classificadas em três principais tipos de perfis:

- **Perfil 1:** de províncias de Sofala, Manica e Tete que mostram estabilização das taxas de prevalência num nível elevado, apresentando números elevados de novas infecções, de crianças órfãs e vulneráveis, pessoas vivendo com HIV/SIDA e precisando de tratamento anti-retroviral.
- **Perfil 2:** de províncias de Zambézia, Gaza, Maputo–Província e Maputo–Cidade que mostram taxas de prevalência em crescimento num nível de infecção elevado, apresentando um ritmo de crescimento elevado do número de novas infecções, de mortalidade, de crianças órfãs e vulneráveis e de pessoas precisando de TARV.
- **Perfil 3:** de províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Inhambane que mostram taxas de prevalência em crescimento num ritmo relativamente menos elevado, caracterizado por um número menos elevado de novas infecções, crianças órfãs e vulneráveis, pessoas precisando de TARV, comparativamente a outras províncias.

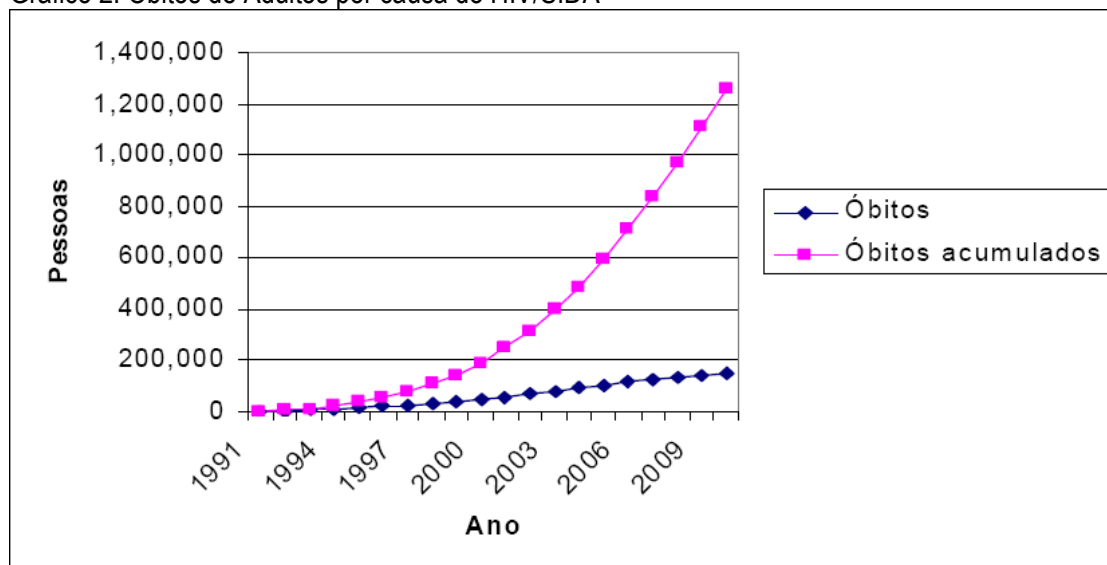
Em termos de taxas de prevalência os dados para o nível distrital são problemáticos de se estimar uma vez que o sistema de vigilância baseia-se em 36 postos sentinela. Esses postos apenas cobrem um quarto de todos os distritos existentes no país, conseqüentemente para cada distrito sem posto sentinela atribui-se a taxa referente a um distrito considerado similar que tenha posto. Este processo torna o exercício pouco preciso em termos metodológicos.

#### IV.1.2. O Impacto Demográfico

De acordo com dados oficiais (INE *et al*, 2004) até finais de 2006, em Moçambique, ocorriam mais de 500 novas infecções diárias, no que resultava mais de 1.600.000 pessoas vivendo com o HIV/SIDA. Deste número 98.000 eram crianças menores de 15 anos de idade, 645.000 eram homens e 911.000 mulheres. Ao longo de todo o ano ocorreram aproximadamente 135.000 novos

casos de HIV/SIDA. De acordo com as projecções realizadas o número de novos casos pode subir até 170.000 em 2010. O SIDA tornou-se numa das principais causas de morte em Moçambique. Em cinco anos (1999 a 2003) estima-se que mais de 300.000 pessoas tenham morrido por causa da SIDA (INE, 2004). A pandemia é também a principal causa de mortalidade em crianças, com um número estimado em 20.000 crianças com menos de cinco anos a morrer de SIDA em 2006 (UNICEF, 2006).

Gráfico 2: Óbitos de Adultos por causa do HIV/SIDA



Fonte: INE et al, 2004

No ano de 2006 havia cerca de 146.000 mulheres grávidas seropositivas, cerca de 50% das quais nas quatro provinciais centrais do país (UNICEF, 2006). Este facto é paralelo ao nível de desconhecimento sobre a transmissão de mãe para filho (transmissão vertical). O Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2003 indicou que apenas 44% das mulheres e 43% dos homens por grupo etário de 15 aos 49 anos, sabiam que o HIV podia ser transmitido da mãe para a criança durante a gravidez, o parto e a amamentação.

O HIV/SIDA tem igualmente contribuído para um elevado número de crianças órfãs. Mais de 95.000 crianças viviam em 2006 com o HIV/SIDA. Segundo as projecções este número pode vir a crescer para mais de 121.000 no ano 2010. Ao longo dos últimos anos o número de novas infecções em crianças aumentou consideravelmente, de uma estimativa de 23.400 em 2000 este número passou para 37.300 em 2006, num rácio de 102 novas infecções/dia.

#### IV.1.3. Estratégia da Resposta Nacional

Em 1988 foi estabelecida no Ministério da Saúde a Comissão Nacional de Combate ao HIV/SIDA que era composta por membros do próprio ministério, de congregações religiosas, da Cruz Vermelha de Moçambique, do Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), bem como representantes de cinco outros ministérios (Defesa, Interior,

Educação, Justiça e Informação). Simultaneamente foi lançado o Programa Nacional de Prevenção e Controle da SIDA (PNPCS).

Depois do primeiro caso diagnosticado em 1986, entre 1987 e 1989 o número de casos duplica a cada ano tendo chegado a 41 em Julho de 1989. Seguindo um padrão global o grupo etário mais atingido é o dos 20 aos 29 anos, mas verifica-se igualmente a existência de casos de crianças (cinco no total). Já por essas alturas existia a consciência de os números não estarem a traduzir a situação real do país. Adicionalmente o esforço de guerra que o país vivia fazia com que grande parte de recursos fosse drenado para a Defesa e a Comissão de Combate ao SIDA não conseguisse obter o engajamento de outros sectores.

A situação viria a alterar-se em 1999 quando a liderança política decide comprometer-se mais seriamente e engajar-se no combate ao HIV/SIDA. Foi formado o Grupo Técnico de Apoio à Luta contra o HIV/SIDA, que incluía, além do MISAU, outras instituições de investigação que poderiam contribuir para o melhor conhecimento da doença. A partir de um processo amplo de consulta (241 participantes em representação de todos os sectores sociais) nasceu o Plano Estratégico Nacional de Combate às DTS/HIV/SIDA 2000/2002 (também chamado PEN I). A aprovação do PEN I levou à criação do Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA (CNCS) com o objectivo de coordenar a implementação da estratégia nacional de combate ao HIV/SIDA.

A estratégia Moçambicana de luta contra o HIV/SIDA assenta no princípio de que “para a sua resposta ao HIV/SIDA os Estados devem criar uma estrutura nacional que seja efectiva e que assegure uma abordagem coordenada, participada e transparente, integrando as políticas sobre o HIV/SIDA nos programas de todos os ramos do governo” (UNAIDS, 1998). A elaboração do PEN I e a criação do CNCS corporizam a materialização dessa abordagem multi-sectorial.

O CNCS é presidido pela Primeira Ministra e integra dirigentes de seis áreas ministeriais, para além de individualidades representativas da sociedade civil. Essa estratégia vinha sendo seguida desde a primeira Comissão de Combate ao SIDA, e tanto o PEN I como o PEN II seguem essa perspectiva rigorosamente multi-sectorial pois que para além de envolver todos os sectores públicos propõe-se a envolver – num mesmo quadro de intervenção – a sociedade civil, o empresariado, os sindicatos, as organizações religiosas, as ONGs e todas as outras parcerias que possam ser mobilizadas.

## **IV.2. ÁGUA E SANEAMENTO**

“A água, o saneamento e a higiene são componentes vitais para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza.” (Salim Ahmed Salim, Embaixador da Água para África).

O acesso a água potável e a condições melhoradas de saneamento é de extrema importância para a sobrevivência dos seres humanos. De acordo com a UNICEF em Moçambique, devido ao consumo de água não potável e um saneamento muito deficitário, morrem diariamente perto de 55 crianças.

Em Moçambique as águas superficiais constituem a maior fonte de água, cerca de 216 000 milhões de metros cúbicos de águas superficiais encontram-se disponíveis, numa média de 50m<sup>3</sup>

/dia/pessoa (em comparação com uma média mundial de 27m<sup>3</sup> /dia/pessoa. Quase todos os principais rios de Moçambique são rios internacionais e a captação da água dos países situados a montante reduz a disponibilidade de água para os países localizados a jusante, como é o caso de Moçambique, afectado deste modo o desenvolvimento económico do país.

Sendo a água um recurso escasso, uma melhor distribuição e utilização sustentável requer uma gestão integrada de modo a se maximizar os benefícios da comunidade quer no presente como no futuro, desse modo a Lei de Águas de 1991 atribuiu a Conselho Nacional de Águas as responsabilidades de Coordenação Inter Sectorial e do desenho de Estratégias de Actuação no sector, neste contexto, grandes progressos foram verificados no sector de águas, mas mesmo assim o nível de serviços e o grau de cobertura ainda estão muito longe do desejável, pois muitos Moçambicanos ainda não tem acesso a um regular abastecimento de água potável.

Como forma de minimizar ainda mais os problemas do sector de água e saneamento em Moçambique foi aprovada em 1995 a Política Nacional de Águas que tinha como objectivo principal garantir um abastecimento de água sustentável as populações.

#### **Acesso a água potável e saneamento**

A Direcção Nacional de Águas (DNA) do Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) calculava que 40% da população tinha acesso a água potável segura em 2004, com uma percentagem ligeiramente inferior nas áreas urbanas (36%) do que nas rurais (41%). Em termos de saneamento, a estimativa é de que 33% da população tinha acesso a óptimas condições de saneamento em 2004, sem discrepâncias entre áreas urbanas e rurais. (UNICEF, 2006:117).

O mesmo estudo refere que, o último inquérito aos agregados familiares (IFTRAB 2004/2005) apontava que 36% da população usa fonte de água potável para beber, havendo com isso grandes desníveis entre zonas urbanas (66%) e rurais (23%). Os dados apresentados pelo INE desde 2000 não apresentam avanços significativos no uso de fontes de água, com valores que rondavam em 37% em 2000 (QUIBB), 36% em 2002/2003 (IAF) e 37% em 2003 (IDS).

Em relação ao Saneamento, os IAF medem o uso de meios sanitários para a eliminação de excrementos. Os dados existentes levantados pelo IFTRAB nos anos 2004/2005 demonstram que o uso de meios sanitários para a eliminação de excrementos são de 46% a nível nacional, com os habituais desníveis entre áreas urbanas (78%) e rurais (32%).

Nas zonas rurais maior parte dos agregados familiares usa água do poço em comparação com as zonas urbanas que usam mais água canalizada. Como demonstra a tabela a baixo:

Tabela 3: Tipos de fontes de água

| <b>Tipo de Fonte de água utilizada</b> | <b>Áreas rurais</b> | <b>Áreas Urbanas</b> |
|--|---------------------|----------------------|
| Água do poço não protegido             | 53%                 | 19%                  |
| Água do rio, lago, lagoa               | 20%                 | 5%                   |
| Água canalizada                        | 1%                  | 40%                  |
| Água do fontenário                     | 1%                  | 16%                  |
| Água do poço ou furo com bomba manual  | 21%                 | 10%                  |
| Água do poço protegido sem bomba       | 3%                  | 7%                   |
| outro                                  | 1%                  | 3%                   |

Fonte: IFTRAB 2004/2005

A tabela abaixo fornece os dados a nível das províncias, uma informação bastante sugestiva no que concerne ao acesso e uso de água potável nas 11 províncias do país, mas não fornece uma informação precisa sobre as disparidades em termos de distritos da mesma província com problemas de água e saneamento.

Tabela 4: Uso de água potável por província

| <b>Província</b>        | <b>Uso de fontes de água potável</b> | <b>Uso de fontes de água não potável</b> |
|-------------------------|--------------------------------------|--|
| <b>Zambézia</b>         | 19%                                  | 81%                                      |
| <b>Nampula</b>          | 20%                                  | 80%                                      |
| <b>Niassa</b>           | 22%                                  | 78%                                      |
| <b>Inhambane</b>        | 28%                                  | 72%                                      |
| <b>Cabo Delgado</b>     | 32%                                  | 68%                                      |
| <b>Manica</b>           | 36%                                  | 64%                                      |
| <b>Tete</b>             | 39%                                  | 61%                                      |
| <b>Sofala</b>           | 51%                                  | 49%                                      |
| <b>Gaza</b>             | 56%                                  | 44%                                      |
| <b>Maputo Província</b> | 74%                                  | 26%                                      |
| <b>Maputo Cidade</b>    | 96%                                  | 4%                                       |

Fonte: IFTRAB 2004/2005

## **Análise SWOT sector de água**

### **FORÇAS**

- Definição clara dos objectivos do governo (PARPA) e existência de documentos estratégicos de base
- Políticas sectoriais boas e progressivas
- Existência de uma liderança sectorial clara que promove a unidade sectorial

- Tradição da DNA fazer a capacitação das províncias
- Existência de princípios orientadores de implementação de programas de Água Rural

### **FRAQUEZAS**

São indentificados como os principais motivos da deficiente resposta do sector de água em Moçambique:

#### Problema de acesso aos recursos financeiros

- Inexistência de modelos e mecanismos de financiamento
- Fundos irregularmente distribuídos pelas províncias/distritos
- Falta de transparência na distribuição dos fundos nacionais

#### Falta de informação adequada

- Falta de uma estratégia de monitoria e avaliação e de monitoria e avaliação fiáveis

#### Deficiente coordenação

- Fraca consulta intra-provincial e entre as províncias e os seus distritos
- Fraca coordenação das actividades ao nível dos distritos
- Existência de muitos projectos e pouca coordenação

#### Limitada capacidade institucional a diferentes níveis

- Fraca capacidade de planificação das actividades ao nível dos distritos
- Fraca capacidade das províncias para utilizarem eficientemente os fundos descentralizados e monitorarem os distritos

#### Inadequados recursos humanos

- Não existe motivação nos governos provinciais para alocação de recursos humanos necessários para intervir no apoio à descentralização
- Recursos humanos insuficientes e pouco motivados
- Pessoal técnico com fracos conhecimentos

#### Inadequada operação e manutenção do património existente

- Focaliza-se na construção e reabilitação

#### Problemas de organização institucional

- Organização institucional das Direcções Provincias Obras Públicas e Habitação não harmonizada

#### Fraca intervenção das administrações locais na assistência às comunidades

- Confusão na aplicação do princípio de procura
  - Fraca capacidade técnica
- Pouca vontade de fazer monitoria e avaliação

### **OPORTUNIDADES**

Elaboração de estratégias, planos e sistemas de infomação

- Censo de 2007 e trabalho com o INE



- Preparação do Planos Director Provinciais

Água e Saneamento são prioridades internacionais e o financiamento externo está a crescer

Crescente interesse de diferentes actores em intervir nos assuntos de água e saneamento rural no país

- Existência de muitos parceiros, crescente interesse internacional
- Outros sectores incluem água e saneamento rural nos seus programas
- Aumento da vontade de pagar

Processo de descentralização distrital como elemento dinamizador de água e saneamento rural

### **AMEAÇAS**

As províncias/distritos têm que gerir muitos projectos

Princípio de oferta predomina sobre o princípio de procura nas administrações distritais e províncias

A vontade/financiamento internacional pode reduzir se o sector a nível local não aumentar a taxa de implementação

Problemas relacionados com o financiamento do sector

- Forte dependência dos fundos externos e lentidão nos desembolsos
- Desembolsos para as províncias e desembolsos dos fundos descentralizados (OE) tardios
- Atraso no financiamento de programas e projectos e procedimentos díspares por parte dos financiadores<sup>2</sup>

Emergências sistemáticas (cheias, estiagem)

### **Instituições de âmbito nacional**

A Direcção Nacional de Águas, é o Orgão do Ministério das Obras Públicas e Habitação responsável pela gestão estratégica e Integrada dos recursos hídricos, bem como o abastecimento de água potável e saneamento às populações. Para além da DNA, outras instituições autónomas têm também actuação no sector das águas:

- A gestão dos Recursos Hídricos é operada por 5 Administrações Regionais de Águas (ARA), com autonomia administrativa e financeira, sendo que as duas últimas ARAs (Norte e Centro-Norte) estão ainda em fase de criação;
- O Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) que tem como objectivos assumir a gestão financeira e de investimento para a reabilitação e expansão do património dos sistemas de abastecimento de água em determinadas cidades, maximizar a eficiência e o retorno do património existente, estabelecer contratos de gestão com operadores privados e monitorar o cumprimento das obrigações contratuais por parte destes operadores privados.
- O Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA) que tem a responsabilidade de regular as operações dos serviços de água e as relações entre FIPAG e o operador privado, em particular no que diz respeito às tarifas ao consumidor, qualidade dos serviços e programas de expansão das redes.

- O Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS), com autonomia administrativa e financeira

No que diz respeito ao saneamento as responsabilidades dividem-se entre o Conselho Municipal e a DNA.

### O sector Privado

Não existe por enquanto um mercado privado estruturado para responder aos requerimentos do sector de água, no entanto tem se refletido sobre as perspectivas da participação de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, grandes ou pequenas especificamente na multiplicação dos pequenos operadores informais nas periferias das grandes cidades.

### PRINCIPAIS PARCEIROS A PRIVILEGIAR

Na área de água e saneamento constata-se maior envolvimento das instituições do Governo como o caso do MOPH (Ministério de Obras Públicas e Habitação), com a sua Direcção Nacional de Águas (DNA), e alguns parceiros do governo como por exemplo UNICEF, PNUD.

### OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO

Para assegurar o acesso à água potável para as populações nos distritos mais afectados é necessário que se promovam cursos para formação de formadores em métodos de recolha e aproveitamento de água;

- Fazer um levantamento técnico detalhado sobre opções viáveis de melhoramento das fonte de água;
- Envolvimento e apoio técnico das direcções provinciais e distritais em projectos de pequena escala, comunitários de aproveitamento hídrico e de gestão de águas;
- Apoiar os distritos nos seus esforços de construção de pequenas barragens de retenção de água;
- Ajudar as comunidades a melhorar a qualidade de água consumida através da cloração e adopção de outros métodos de purificação da água;
- Melhor o acesso a água e saneamento nas escolas, principalmente nas escolas primárias.

## IV.2. 1 Saúde e Nutrição

Tabela 5: Esperança de vida, Mortalidade materna e infantil

|           | Esperança de vida ao nascer (em anos) | Taxa de mortalidade infantil (por 1000 hab) | Taxa de mortalidade Materna |
|-----------|---------------------------------------|---|-----------------------------|
| Maputo    | 58.0                                  | 51.0%                                       | 0                           |
| Gaza      | 48.7                                  | 92  | 0.2                         |
| Inhambane | 49.3                                  | 91  | 0.2                         |
| Sofala    | 44.5                                  | 149   | 0.2                         |
| Manica    | 46.2                                  | 128   | 0.1                         |

|              |      |     |     |
|--------------|------|-----|-----|
| Tete         | 44.3 | 125 | 0.1 |
| Zambézia     | 48.2 | 89  | 0.2 |
| Nampula      | 43.7 | 164 | 0.2 |
| Cabo Delgado | 41.9 | 178 | 0.3 |
| Niassa       | 44.7 | 140 | 0.2 |

Fonte:DPS. 2006. Relatório Anual Provincial 2005 para o XXXI Conselho Nacional Coordenador de Saúde, Maputo

Fonte: INE.2005. Indicadores Sócio Económicos por Distritos-1997

PNUD et al.2006. Moçambique, Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2005

INE et al. 2005. Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2003. Maputo

Nota: os dados aqui apresentados sobre a Taxa de Mortalidade Materna, reflectem não só a incidência da mortalidade materna mas também ao grau de cobertura do Sistema Nacional de Saúde, sendo assim os números aqui apresentados poderão estar ligeiramente subestimados porque a cobertura do Sistema de Saúde não é total e uma percentagem significativa de mulheres dão parto fora das Unidades Sanitárias.

## IV.2. 2 Educação

“O nível educacional constitui um dos principais indicadores da capacidade que uma sociedade possui para resolver os seus problemas e proporcionar aos seus membros condições de vida dignas e assegurar o seu desenvolvimento sustentável”(PNUD, 2005).

Nos primeiros anos da década de 1990 ainda sob os impactos da guerra civil que assolou o país o sistema educacional Moçambicano encontrava-se numa fase de estagnação, desestruturado e fragmentado, com metade (50%) das escolas existentes destruídas com maior incidência nas zonas rurais do centro e norte do país, e com tendências decrescentes das taxas brutas de escolarização (17% em 1990 e 14.4% em 1996).

Em 1996, mais de 40% das crianças Moçambicanas, de seis e 12 anos, não estavam escolarizadas, as limitações de cobertura se adicionam também a extrema precariedade dos recursos didácticos ( falta de livro para alunos e professores, alunos sem cadernos, salas de aulas sem giz e quadros pretos etc) que a maioria das escolas enfrentam, ou seja, falta de recursos básicos para se desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Como forma de melhorar o sector de educação em 1995 o governo de Moçambique aprova a Política Nacional de Educação (para crianças e adultos), e nesse contexto em 1997 é aprovado o Plano Estratégico da Educação I, que tinha como principal objectivo a expansão e melhoria da qualidade de ensino, priorizando o atendimento das necessidades educativas das raparigas e mulheres, como forma de promover a equidade de género, como factor decisivo em favor da igualdade social, do combate a pobreza e do desenvolvimento humano.

Os crescimentos das taxas de escolarização começam a mostrar um rápido crescimento a partir de 1997, através de programas de reabilitação e construção de escolas, formação e capacitação de professores, sendo assim em 2004 no EP1 (Ensino Primário do 1º grau) assiste-se a uma subida das taxas de escolarização para 121.2%, representado um aumento de cerca de 40%

comparativamente as taxas anteriores (76.2% em 1997), no EP2 (Ensino Primário do 2º grau) que cresce de 20.7%, em 1997, para 42.7% em 2004.

Contudo existem diferenças regionais nas taxa de escolarização onde as províncias de Nampula e Sofala registaram as taxas líquidas mais baixas do país na ordem dos 59.1% e 71.2% respectivamente, enquanto a mais alta se registou na província e cidade de Maputo com 99.3% e 99.9% respectivamente, sem falar também das disparidades entre as zonas rurais (81.2%) e urbanas (125.6%).

Apesar dos inumeros esforços realizados no sector de educação, o país continua apresentando índices educacionais muito baixos, com uma em cada cinco crianças encontrando-se em situação de privação severa de educação<sup>1</sup>, havendo disparidades massivas por província, área de residência e sexo, nível de escolaridade do chefe do agregado familiar e nível de bem estar, afectado particularmente as crianças das províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, onde mais de um terço das crianças dos 7 aos 18 anos nunca frequentaram a escola. (UNICEF, 2006)

#### **PRINCIPAIS PARCEIROS A PRIVILEGIAR**

**DANIDA**

**FINIDA**

**GTZ**

**CIDA-CANADA**

**Espanha**

**Holanda Irlanda**

#### **OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO**

- Reforçar a monitoria de assiduidade tanto de alunos como de professores de modo a minimizar as desistências nas escolas
- Expansão dos programas de construção e reabilitação de escolas nas zonas rurais, principalmente a construção de Escolas Primárias Completas, com vista a reduzir as distâncias que separam as escolas da residência dos alunos,
- Criar oportunidades de formação de professores para actualizar métodos e conteúdos de ensino;
- Provisão de recursos didáticos tanto para alunos como professores;
- Para atingir a equidade de género, é preciso atacar o problema enfrentado pelas raparigas, como assiduidade, transitar de classe, terminar o ensino primário e ingressar no ensino secundário;
- Criar mecanismos de envolvimento comunitário na sensibilização dos pais sobre a importância da educação básica.

### **IV.3 GESTÃO DE DESASTRES NATURAIS**

Os desastres naturais estão fortemente relacionada com a as mudanças climáticas. Estudos levados a cabo mostram que as as mudanças climáticas que tem vindo a ocorrer a nível global, poderão aumentar o

---

<sup>1</sup> Percentagem de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos que nunca foram a escola e que não estão presentemente a estudar

risco de calamidades naturais e a exposição da população aos seus efeitos negativos especialmente nos países em desenvolvimento.

Em 1990, o IPCC publicou um documento concluindo que a menos que fossem adoptadas medidas especiais para a redução das emissões, a acumulação crescente de gases de estufa de natureza antropogénica na atmosfera poderia piorar o efeito de estufa, resultando em média num aquecimento adicional da superfície terrestre até finais do século seguinte (UNEP, sd). O referido relatório veio confirmar a ameaça que as mudanças climáticas constituem e apelou para a adopção de um tratado internacional sobre este problema. Esta ameaça reflecte-se nos chamados desastres ou calamidades naturais.

### IV.3. 1 Grupos Vulneráveis

Apesar de todos serem de alguma forma vulneráveis aos impactos ambientais, a capacidade das pessoas e das sociedades de se adaptarem às mudanças e de enfrentá-las é bastante variada. Os países em desenvolvimento, particularmente os menos abastados, têm menor capacidade de adaptação a mudanças e são mais vulneráveis às ameaças ambientais e à mudança global, assim como a outras pressões. Essa condição é mais extrema entre as pessoas mais carentes e os grupos desfavorecidos, como as mulheres e as crianças (UNDP, sd).

A referida capacidade de adaptação, está, na maior parte das vezes relacionada com as condições da sociedade humana, que envolve a combinação entre todas as características naturais e sociais e os recursos disponíveis na área em causa, particular que podem ser usados para reduzir os impactos dos riscos o que inclui factores como riqueza, tecnologia, educação, informação, habilidades, infra-estrutura, acesso aos recursos e capacidade de gerenciamento.

Partindo do pressuposto do parágrafo anterior, entende-se que os países mais pobres são os mais vulneráveis devido a sua alta vulnerabilidade climática e aos retrocessos que as variabilidades climáticas poderão causar aos esforços em busca do desenvolvimento.

Moçambique é um destes países que devido a sua localização costeira e ao clima que favorecem a ocorrência de eventos extremos, agravada pela falta de condições económicas para se adaptar aos novos desafios climáticos, além da dependência relativamente aos recursos naturais e a importância económica dos sectores sensíveis à variabilidade climática como agricultura e pescas.

O território Moçambicano é vulnerável às mudanças climáticas devido à sua situação geográfica (com cerca de 2,700 km de costa, maior parte dos rios internacionais que nascem nos países vizinhos, como o Zambeze que nasce no Zaire, atravessam o território antes de desaguardarem no Oceano Índico, em superfícies abaixo do nível do mar), temperaturas altas, aridez e pobreza dos solos, diversas enfermidades endémicas, falta de comunicação, alto nível de analfabetismo, elevada taxa de crescimento populacional, pobreza absoluta e dependência dos recursos naturais que por sua vez dependem das quedas pluviométricas.

A localização geográfica do país constitui uma das principais razões para a vulnerabilidade do território nacional aos ventos extremos, na medida que alguns ciclones tropicais e depressões formam-se no Oceano Índico, atravessam o Canal de Moçambique e fustigam a parte costeira. Com o aumento da temperatura global aumenta a frequência e a severidade dos períodos secos no interior e dos períodos chuvosos nas zonas costeiras. O território Moçambicano tem sido

---

assolado por secas, cheias e ciclones. Sendo de destacar as cheias de 2000 no Sul do país e 2001 no Centro.

### IV.3. 2 Principais Desastres Naturais

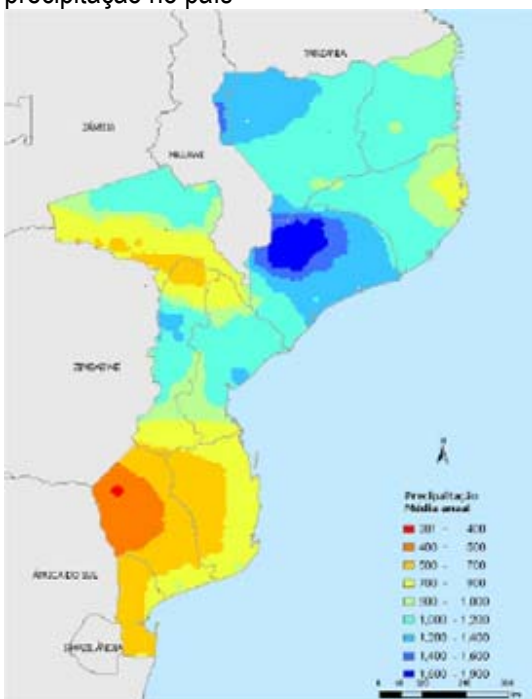
Moçambique está sujeito a calamidades naturais incluindo ciclones, cheias, secas persistentes e terremotos. Alguns destes fenómenos são de carácter cíclico, enquanto que outros são ocasionais. Para além dos desastres de origem climatérica, uma grande parte do território nacional assenta em falhas tectónicas, ficando assim sujeitos a abalos sísmicos. O território nacional está sujeito a abalos sísmicos porque encontra-se localizado entre o Vale do Rift e o Canal de Moçambique.

Estes eventos têm um impacto dramático na vida das crianças, homens e mulheres, muitos dos quais já sofrem de vulnerabilidade crónica devido à insegurança alimentar, HIV e SIDA, epidemias de saúde e acesso inadequado à serviços sociais.

**As secas** ocorrem frequentemente nas regiões Centro e Sul de Moçambique, verificando-se também em alguns focos das províncias do Norte. A seca resulta da escassez de chuvas. Este fenómeno tem causado diversas contrariedades para o país em diferentes áreas como:

- Perda de culturas
- Secagem de fontes de águas
- Redução de áreas de pastagem
- Aumento de preços de produtos agrícolas
- Subida de importações de alimentos
- Aumento de apelos para apoio externo
- Perda de vidas humanas e animais
- Eclosão de doenças
- Perda de biodiversidade

Mapa 3: Zonas de risco de seca em Moçambique. As cores indicam a diferença na distribuição da precipitação no país



Fonte: MICOA. 2005. Direcção Nacional de Gestão Ambiental. Avaliação da Vulnerabilidade as mudanças climáticas e Estratégias de Adaptação.

**As cheias** em Moçambique são causadas não só pela precipitação que ocorre no país, mas também pelo escoamento de águas provenientes das descargas das barragens dos países vizinhos situados a montante.

Tendo em conta que Moçambique possui nove bacias hidrográficas internacionais e muitas pequenas bacias, pode-se afirmar que quase todo o país é vulnerável às cheias. Nos períodos compreendidos entre 2000 (região Sul) e 2001 (região Centro), o país foi afectado por graves cheias devido às chuvas torrenciais que se verificaram nos países vizinhos e que originaram subidas de caudais dos seus principais rios (Limpopo e Zambeze).

Os efeitos das cheias no vale do Zambeze voltaram a se verificar nos princípios do ano corrente (2007). O número de pessoas procurando os centros de acomodação temporários em épocas de cheias tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo do vale do Zambeze. Em 2007 mais de 26.000 pessoas estavam abrigadas em 53 centros de acomodação ao longo de quatro províncias do país. (Organização das Nações Unidas, 2007).

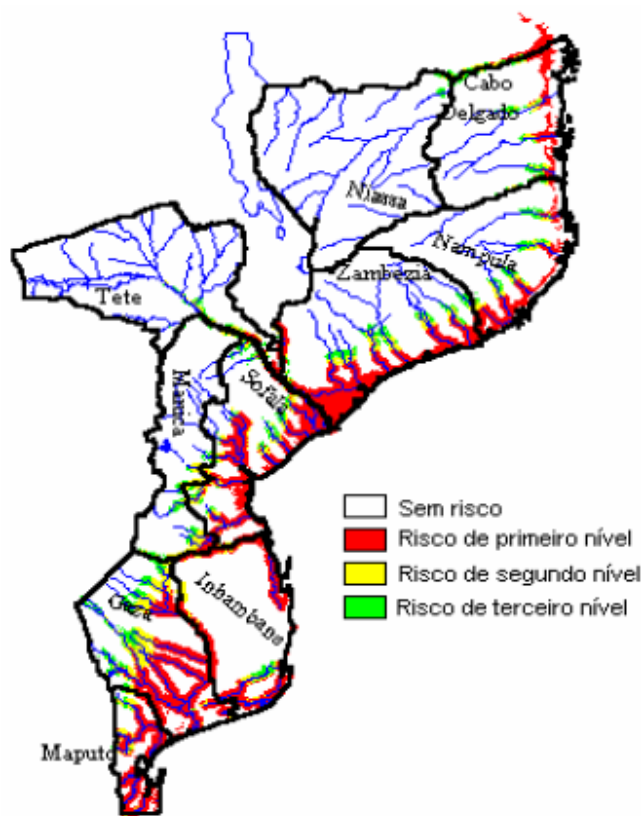
Esta situação das cheias tem consequências gravíssimas para a vida da população, sobretudo para aquelas que vivem nas zonas rurais ao longo dos rios. Em Moçambique as cheias tem causado seguintes danos:

- Inundações
- Perdas de vida e propriedades
- Perdas de culturas
- Aparecimentos de doenças
- Situações de deslocados
- Perda da biodiversidade
- Ruptura das actividades normais

Os locais mais vulneráveis à ocorrência de cheias no país, distribuídos por região, província e distritos (Mapa 4).



Mapa 4: Zonas de riscos de cheias em Moçambique. As cores indicam o nível de risco de cada zona



Fonte: MICOA. 2005. Direcção Nacional de Gestão Ambiental. Avaliação da Vulnerabilidade as mudanças climáticas e Estratégias de Adaptação.

*Risco de primeiro nível* – Zonas mais susceptíveis a cheias

*Risco de segundo nível* – Zonas menos susceptíveis as cheias

### Na Região Sul

**Província de Maputo** (distritos de Matutuine, Boane, Moamba, Marracuene, Manhiça e Magude).

**Província de Gaza** (distritos de Xai-Xai, Bilene, Chókwé, Mabalane, Massingir, Chibuto e Massangena).

**Província de Inhambane** (distritos de Inharrime, Vilanculos, Inhassoro e Guvuro).

### Na Região Centro

**Província de Sofala** (distritos de Machanga, Búzi, Dondo, Marromeu, Caia e Chemba).

**Província de Manica** (distrito de Machaze, Mossurize, Sussundenga e Tambara).

**Província de Tete** (distritos de Mágoe, Zumbo, Cahora Bassa, Chiúta e Mutarara).

**Província da Zambézia** (distritos de Morrumbala, Mopeia, Chinde, Inhansunge, Namacurra e Maganja da Costa).

## Na Região Norte

**Província de Nampula** (distritos de Moma, Angoche, Memba e Lalaua).

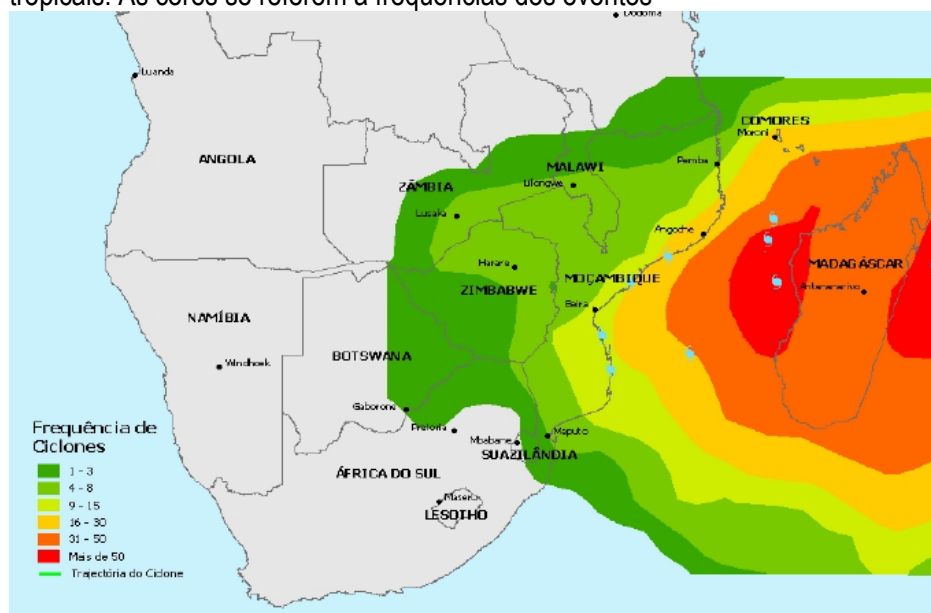
Em relação aos **ciclones**, em Moçambique ocorrem frequentemente ao longo da costa como resultado das depressões tropicais que ocorrem no Oceano Índico, mas que também tem assolado as zonas de interior. O período de ocorrência de ventos ciclones vai de Outubro a Abril e a sua intensidade aumenta entre os meses de Fevereiro a Abril. Os ciclones tropicais são tidos como os mais fortes e destrutivos entre os sistemas meteorológicos, a nível global os mesmos ocorrem de forma cíclica, acompanhados de ventos fortes e chuva torrencias.

A passagem de ciclones tropicais ao longo da costa Moçambicana e alguma das áreas do interior tem suscitado diversas consequências como:

- Destruição de infra-estruturas
- Falhas no sistema de abastecimento de água potável
- Problemas no fornecimento de energia eléctrica
- Aumenta o número de desalojados
- Agravamento das condições de saneamento do meio
- Problemas económicos e sociais
- Perdas de vida e sofrimento humano
- Destruição de propriedades e degradação do meio ambiente
- Perturbações das actividades normais

As províncias mais afectadas pelos ciclones tropicais têm sido frequentemente as que se situam ao longo da costa (Mapa 3), nomeadamente, Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Os distritos ao longo da costa são normalmente os mais visados pelos ciclones. Nas áreas do interior, a província de Manica foi no ano 2000 afectado pelo ciclone "Eline", que também afectou as áreas costeiras acima referenciadas.

Mapa 5: A região de Oriental da África Austral que é mais afectada pelos ciclones e tempestades tropicais. As cores se referem a frequências dos eventos



Fonte: MICOA. 2005. Direcção Nacional de Gestão Ambiental. Avaliação da Vulnerabilidade as mudanças climáticas e Estratégias de Adaptação

### IV.3.3 Posição do Governo

No início dos anos 80, o Governo de Moçambique, para fazer face ao cenário de extrema vulnerabilidade as desastres naturais, criou o departamento de combate as calamidades naturais que era liderado pelo Primeiro Ministro e que incluía vários ministérios. Este departamento desempenhava um papel chave na distribuição de ajuda alimentar e na rede logística do país que permitia o transporte de bens, armazenagem e distribuição entre a população afectada.

Quando Moçambique introduz a liberalização do sistema económico nacional, a natureza da gestão muda em função dsa pressões da comunidade internacional doadora, começando, neste momento, as operações de ajuda de emergência, a enfocar-se também na prevenção dos desastres.

Nesta altura, o governo Moçambicano passa de uma perspectiva reactiva pró-desastre, para uma instância pró-activa, como consequência desta mudança surgiu em 1999 o INGC.

O INGC tem como mandato a gestão de calamidades e a coordenação das acções de prevenção, socorro às vitimas das calamidades e reabilitação das infraestruturas afectadas.

As acções levadas a cabo pelo órgão nacional de gestão das calamidades naturais, em Moçambique são orientadas pelo PARPA e pelos documentos de planificação interna como a Política Nacional d3e Gestão de Calamidades, o Plano Nacional de Acção de Gestão de Calamidades e os Planos de Contigência.

- O PARPA, faz menção a este assunto atendendo que o Plano Director para Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturas (PDPMCN) é parte integrante da estratégia do combate a pobreza
- A Política ressalta a necessidade de se integrar a problemática da prevenção e gestão de calamidades nas políticas de desenvolvimento sócio - económico do país; privilegia uma abordagem preventiva e enfatiza a responsabilidade do indivíduo, família e comunidade na minimização dos riscos.
- O Plano Nacional de Acção para a Gestão de Calamidades traça as linhas orientadoras do processo de planificação, monitoria e avaliação da resposta nacional as calamidades. Este plano define as principais acções de planeamento, prevenção e mitigação, e prontidão e resposta a serem realizadas.
- Os Planos de Contingência são documentos anuais que tem como objectivo a identificação das actividades a realizar a todos os níveis assim como a orientação e mobilização da população nas zonas de risco, como forma de prevenir, reduzir o risco e mitigar as consequências das calamidades.

O MICOA, no âmbito da ratificação dos acordos acima mencionados:

- conduz acções que visam promover com maior consciencialização e conhecimento sobre as mudanças climáticas;
- elaborou o Programa Nacional para Adaptação;
- estabeleceu um grupo inter-institucional (NAPA ), por meio do qual realizou uma avaliação rural participativa em 31 distritos das 10 províncias, com vista a avaliar a forma como as instituições locais lidam com as variabilidades climáticas, identificar os eventos extremos específicos de cada área, priorizar as propostas de medidas necessárias sugeridas pelas comunidades e sectores locais para a redução da vulnerabilidade.

O cenário de extrema variabilidade climática por um lado e extrema vulnerabilidade populacional por outro, que caracterizam o nosso país, são reconhecidos pelos órgãos do governo como sendo as factores que agravam a situação da pobreza absoluta em Moçambique.

#### **IV.3. 4 Acções propostas pelo Governo**

Em Moçambique estão programadas 4 acções que se distribuem em vários sectores com vista a fazer face ao problema:

##### *1. Fortalecimento do Sistema de Aviso Prévio*

Esta medida permite que a informação chegue em tempo útil às comunidades afectadas de maneira e no formato que estas possam utilizá-la. Através da utilização dos postos udométricos que o MINAG tem espalhados pelo país, pode-se padronizar num formato que permita melhorar a precisão das previsões de tempo e da variabilidade climática.

Para um melhor alcance deste objectivo o Conselho Técnico prevê que se priorisem actividades relativas ao:

- Mapeamento;
- Reabilitação ou Instalação de Estações Sinópticas/Udométricas;
- Treinamento;
- Educação e Sensibilização;
- Seminários;

- Melhoria do sistema de comunicação; e
- Criação de um banco de dados sistematizados a nível dos distritos sobre a ocorrência e impactos dos desastres naturais.
- 

Intervenientes: INAM, INGC, Comité Técnico de Gestão de Calamidades, MINAG, MTC, MEC, ONG's, MOPH, M pescas, MAE, INTC, Comunicação Social, Instituições de Investigação, Sector Privado e Sociedade Civil em Geral.

### *2. Fortalecimento das Capacidades dos Produtores Agrícolas a lidarem com as mudanças Climáticas*

Esta medida permite desenvolver capacidades dos produtores agrários para lidarem com a variabilidade e mudanças climáticas.

Para melhor alcance deste objectivo, o Conselho Técnico prevê que se implementem as seguintes acções:

- Redução de degradação dos solos devido a práticas agrárias inapropriadas;
- Redução da perda de culturas e população animal nas regiões propensas às secas, cheias e ciclones tropicais; e
- Estabelecimento de formas alternativas de subsistência.

Intervenientes: MINAG, ME, MOPH, DNA, MIC, MF, MIREM, Ministério da Defesa, ARA's, INAM, MITUR, MAE, DINAGECA e colaboradores do Sector Privado e Sociedade Civil.

Para o desenvolvimento destas acções serão priorizados os distritos de Magude e Moamba (Maputo), Mabalane e Massangena (Gaza), Funhalouro e Mabote (Inhambane), Chemba e Muanza (Sofala), Machaze e Tambara (Manica), Angónia e Changara (Tete), Mueda e Macomia (Cabo Delgado), Chinde e Morrumbala (Zambézia), Moma e Memba (Nampula), Sanga e Cuamba (Niassa). Estes foram escolhidos de acordo com o seu grau de vulnerabilidade a seca, as cheias, índices de pobreza e disponibilidade dos serviços de extensão.

### *3. Redução do Impacto das Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras*

Este objectivo, é fundamental para um país como o nosso em que tem se desenvolvido muitas actividades económicas ao longo da costa através de acções de pesca, exploração portuária, turismo e desporto bem como a mineração de areias pesadas, do gás e outros potenciais hidrocarbonetos ainda em prospecção.

Visto que a linha da costa é das feições mais dinâmicas do planeta e que a sua posição no espaço altera constantemente em escalas diárias, sazonais, decadais, seculares e milenares, a linha de costa de Moçambique tem sido afectada por ciclones tropicais e chuvas como consequência da acção erosiva que os caracteriza.

As estratégias de acção para alcançar este objectivo, devem ser priorizadas tomando em conta que os focos de vulnerabilidade à erosão na zona costeira do país distribuem-se à sul 20° S de latitude, onde a zona norte é a que não apresenta erosão acentuada por ser protegida por recifes de corais que formam uma franja ao longo da costa, o mesmo já não acontece com a costa sul que por ser caracterizado por planícies muitas vezes inundáveis no caso de eventos climáticos extremos.

### *4. Gestão dos Recursos Hídricos no âmbito das Mudanças Climáticas*

Uma má gestão dos recursos hídricos um grande impedimento para o desenvolvimento do país, esta situação agrava-se, quando toma-se em conta o cenário actual das mudanças climáticas que se vive actualmente. O nosso país tem vivido épocas de secas, alternadas por cheias por causa da má gestão dos recursos hídricos. Joga um papel fundamental para se viverem estes extremos não só a precipitação, mas também o facto de Moçambique receber água proveniente da descarga das barragens dos países vizinhos, situados à montante, visto que Moçambique tem nove bacias hidrográficas internacionais o que o torna ainda mais vulnerável. Para fazer face a tal vulnerabilidade é indispensável a adopção de planos gestão

por vezes até regionais. Porque os países vizinhos na medida em que se sentem pressionados pelos efeitos nefastos das mudanças climáticas manipulam os cursos de água e algumas vezes o nosso país sai prejudicado.

**PARCEIROS PRIVILEGIADOS:**

ARAs, MICOA, MINAG, INGC, MITUR, DINAGECA, Comité Técnico de Gestão de Calamidades, MOPH, Sociedade Civil e algumas ONGs

**OPORTUNIDADES DE INTERVENÇÃO**

- Deficiência de Políticas que controlam e regulam a erosão costeira causada por factores antropogénicos;
- Poucos estudos relacionados com as adaptações aos impactos das mudanças climáticas e redução dos impactos dos desastres naturais;
- Ausência de programas e políticas de desenvolvimento do conhecimento científico dos fenómenos associados à erosão que devem ser incorporados nos planos sectoriais.
- Está a faltar um mapeamento claro das zonas de risco;
- Deficiência dos meios do sistema de aviso prévio por meio de emissão de informação antepada sobre ciclones, chuvas, torrenciais e secas;
- Falta reforço da coordenação institucional inter-sectorial;
- Intensificação das acções de formação e educação cívica;
- Falta a promoção de encontros regionais para a discussão de assuntos relativos aos recursos transfronteiriços;
- Fraca divulgação do tipo e qualidade das condições ambientais em que vivemos;
- Disseminação e incentivo para a prática de culturas resistentes aos desastres naturais, como plantas que conservam a água para as áreas propensas as cheias;

**IV.4 ADVOCACIA**

O grande objectivo que se coloca sobre qualquer aspecto relacionado com a Advocacia no que diz respeito à voz da Sociedade Civil para assuntos de natureza e interesse nacionais. Em Moçambique actualmente podemos identificar quatro áreas focais e que são alvo de alargada atenção:

**IV.4.1 Redução da Pobreza Absoluta****IV.4.2 Combate ao HIV/SIDA****IV.4.3 Perdão da Dívida**

---

#### IV.4.4 Equilíbrio Orçamental

A nível das instituições governamentais, as mesmas são impulsionadas a desenvolver acções que visem um maior envolvimento com outros sectores para a luta contra a pandemia do HIV/SIDA e a desigualdade de Género, problemas de saúde e educação. As partes mais interessadas na questão de Advocacia em Moçambique são, sem sombra de dúvidas, as comunidades locais pois estas precisam de *inputs* para poderem fortalecer as suas capacidades de intervenção no dia a dia das suas actividades e das decisões de nível local e nacional.

No que concerne aos papéis exercidos pelos diversos actores para contornar a situação em matéria de Advocacia, com base nos estudos sobre o assunto consultados, é frequente que se verifique uma maior concentração dos indivíduos em assuntos ligados ao HIV/SIDA, sobretudo nas instituições localizadas na província e cidade de Maputo, salvo os Ministérios que possuem uma abrangência mais global.

Difícil é agrupar as acções de Advocacia em termos regionais, provinciais e distritais, mas tendo em conta a incidência do problema, podemos aventar que quanto mais pretendermos sair da cidade de Maputo, menor é o conhecimento sobre a Advocacia. Em geral as acções de Advocacia centram-se em aspectos distantes do problema da educação e saúde. Pois ainda existem problemas desconhecidos sobre Malária e aspectos educacionais.

Moçambique está num processo de desenvolvimento em que participação dos cidadãos nos processos de governação ganha cada vez mais uma importância crucial. Sendo uma democracia emergente a abertura de espaços institucionalizados de diálogo e consultas como observatório da pobreza e os conselhos consultivos de diferentes níveis criados no âmbito da reforma do sector público.

No entanto a Sociedade Civil Moçambicana, dada a sua natureza jovem do ponto de vista institucional, dispõe de uma capacidade limitada de usar e ampliar estes espaços de forma efectiva e activa. A capacidade de organização, gestão e de promoção de mecanismos efectivos de participação são algumas das áreas em que a capacidade da maioria das organizações da sociedade civil precisa de ser ampliada e reforçada.

Recentemente foi criado o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) com intuito de desenvolver e fortalecer as capacidades da sociedade civil no processo de tomada de decisões para uma melhor monitoria e advocacia da governação, algo que não existia. Este Mecanismo de apoio a sociedade civil terá uma dimensão nacional e vai apoiar todas as organizações dessa natureza pois muitas das pequenas actividades realizadas por algumas entidades ainda se concentram na capital do país.

Uma das questões principais de apoio à Sociedade Civil é o reforço das suas capacidades, nesta temática serão realizadas diferentes acções de formação e de capacitação, a determinar tanto pelas próprias organizações, bem como levantamento de um rol de necessidades de formação a ser efectuado no decorrer de todo o ano.

Segundo João Cândido Pereira, director da Unidade de Gestão do MASC, Moçambique se confronta com muitos desafios sendo os mais urgentes a erradicação da pobreza, o combate ao HIV/SIDA, a malária, a corrupção e a promoção do desenvolvimento socioeconómico . Referiu que perante estes desafios existe uma questão que parece incortonavel: a boa governação (Jornal notícias 13/10/2007)



## VII. REFERÊNCIAS

Agenda 2025 (2004). Visão e Estratégia da Nação. Maputo: PNUD

[http://pt.wikipedia.org/wiki/](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza) Pobreza).

Instituto Chr. Michelsen (2005). Pobreza em Moçambique: Discursos, Monitoria e Análises. NORAD.

MATSINHE, Cristiano (2005). Tábula Rasa: Dinâmica de Resposta Moçambicana ao HIV/SIDA. Maputo: Texto Editores.

MICOA (2005). Avaliação das Capacidades de Gestão do Risco de Desastres. Maputo.

MICOA (2007). Draft do Programa de Acção Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas. Maputo.

MISAU (1997). A SIDA em Moçambique: Informação para Jovens.

República de Moçambique (2005). Relatório Sobre Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

República de Moçambique (2003). Relatório Sobre Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

República de Moçambique (2006). Plano de Acção para Redução da pobreza Absoluta. Maputo.

República de Moçambique (1996). Programa nacional de Gestão ambiental. Maputo: MICOA.

UNICEF (2006). A Pobreza na infância em Moçambique: Uma Análise da Situação e das Tendências.

UEM (2005). Estudo Qualitativo Sobre a Pobreza: Inhambane e Sofala. Maputo: DAA

Universidade Humboldt Berlim. (SLE) Centro de Formação Avançada em Desenvolvimento Rural (2006). Contribuição de Estradas Rurais na Redução da Pobreza?: Análise de Impacto na Província de Sofala, Moçambique.

UNFCCC (S.D). Protocolo de quioto: Á convenção quadro das nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Maputo: MICOA.

UNEP (S.D.). Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Maputo: Imprensa Universitária/ UEM.